

SOBRE A AGRICULTURA IRRIGADA NO SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ATUAL DE DIFERENTES OPÇÕES DE POLÍTICA

César Nunes de Castro

Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

O semiárido constitui historicamente uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil. Atualmente, essa região contabiliza 1.135 municípios espalhados pelo território de nove Unidades da Federação (UFs): Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Minas Gerais, e combina uma população de 22.598.318 com um baixo dinamismo das atividades econômicas exploradas em seu território.¹ As fragilidades econômicas resultam na dificuldade de absorção desse grande contingente populacional no mercado de trabalho local e, como consequência indireta disso, boa parte da população sobrevive da produção agropecuária de baixa produtividade em um modelo clássico de agricultura de subsistência.

Nas últimas décadas, na tentativa de promover um modelo de agricultura de grande produtividade, sucessivos governos têm investido na infraestrutura hídrica para a criação de diversos distritos de irrigação na região. Apesar do elevado custo desse tipo de operação, com frequência essa possibilidade é apresentada como a solução para a superação da escassez hídrica, que limita o desenvolvimento da agricultura regional. Este trabalho analisa historicamente a evolução da agricultura irrigada e as opções de política do governo federal com relação ao seu desenvolvimento no semiárido brasileiro. A partir deste retrato, objetiva-se debater sobre o potencial da agricultura irrigada como indutor do desenvolvimento agrícola na região e sobre diferentes opções de política para a irrigação do semiárido. Existem perímetros instalados no polo de Petrolina e Juazeiro, que se desenvolveram ao longo das décadas até chegar ao estágio atual, nos quais se realiza uma produção agrícola moderna e rentável voltada para a exportação. Existem também aqueles que não foram completados e encontram-se parcialmente operantes. O sucesso desses

empreendimentos, com relação a renda e empregos gerados, número de colonos assentados, empresas instaladas, entre outros fatores, é muito variado.

Em qualquer questão relacionada ao uso da água numa região com menor disponibilidade desse recurso, espera-se que conflitos e divergência de visões ocorram. O objetivo maior deste *Texto para Discussão* foi contribuir para esse debate, com foco específico na agricultura irrigada, pautado na ideia de que existem diferentes modos de promover o desenvolvimento da agricultura irrigada no semiárido, cada um com diferentes custos, focalização e resultados esperados. As considerações expostas embasaram-se em apenas um princípio, o da autodeterminação da população do semiárido, no sentido de que todos os interessados, e não apenas grandes empresas agrícolas, como governos estaduais, comitês de bacias hidrográficas, entidades ligadas à agricultura, associações de pequenos agricultores e demais representantes da sociedade civil com alguma relação com a questão do uso da água, devem ser ouvidos e seus pleitos considerados na definição de uma política de uso da água, incluindo seu uso na irrigação. O governo federal deveria participar desse debate, não como autoridade incontestada do processo político, e sim como articulador desse processo. A experiência no decorrer do século XX de elaborar políticas de irrigação *top down* para o semiárido, independentemente do grau de sucesso alcançado, excluiu muitos atores interessados do processo, incluiu durante a implementação um número restrito de beneficiários e, eventualmente, contribuiu para marginalizar algumas comunidades deslocadas. Pode-se aprender com o passado, pois desenvolvimento e inclusão não são antagonísticos.

1. Disponível em: <<https://portal.inpa.gov.br/acervo-livros/198-sinopse-do-censo-demografico-para-o-semiarido-brasileiro>>.